

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

CONCURSO PÚBLICO

sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

(alínea b) do número 1 do artigo 20.º e artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos)

CPUB1 2023-001

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Aquisição de serviços de vigilância humana e de segurança privada para as instalações do Núcleo de Formação de Alcoentre (NFA) do Centro Protocolar da Justiça (CPJ), para o período de 24 meses, entre 01/01/2024 a 31/12/2025.

A Presidente do Conselho de Administração

(Ana Cristina Gaspar da Silva Alves)

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, na modalidade de concurso público sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia e que tem por objeto a aquisição de serviços de vigilância humana e de segurança privada para as instalações do Núcleo de Formação de Alcoentre (NFA) do Centro Protocolar da Justiça (CPJ), para o período de 24 meses, entre 01/01/2024 a 31/12/2025, nos termos das **Especificações Técnicas do anexo A**, apenas ao presente caderno de encargos.
2. O caderno de encargos inclui todos os seus anexos, considerados partes integrantes do mesmo.

Cláusula 2.ª

(Contrato)

1. O contrato é reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, adiante designado simplesmente por CCP, e é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278º e seguintes do CCP, em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 450º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos aceites pelo Adjudicatário, de acordo com o disposto no artigo 99.º e 101.º do referido diploma legal.

5. Além dos documentos indicados no número 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
6. Em caso de divergência entre as obrigações a que se refere o número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.

Cláusula 3.ª

(Obrigações principais do Adjudicatário)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta de acordo com as características e requisitos previstos no anexo A – Especificações Técnicas do presente caderno de encargos;
 - b. Obrigação de cumprir os termos e condições fixados para a prestação dos serviços, nomeadamente:
 - i. Obrigação de assumir com todos os encargos, incluindo o fardamento do pessoal e o fornecimento e/ou instalação dos equipamentos exigidos no Caderno de Encargos ou os que, independentemente de previsão expressa, forem identificados como atributos da proposta ou se revelem necessários para a prestação dos serviços contratados;
 - ii. Obrigação de celebrar contrato de seguro, com cobertura dos riscos relacionados com a prestação dos serviços, nomeadamente os relativos aos elementos da equipa afetos à sua realização e a outros legalmente exigidos, devendo fornecer a cópia da apólice no prazo de 10 (dez) dias, mediante solicitação da entidade adjudicante.
 - iii. Obrigação de facultar à entidade adjudicante toda a documentação relativa e/ou relacionada com a prestação de serviços;
 - iv. Obrigação de prestar à Entidade Adjudicante, em qualquer tempo na pendência da prestação de serviços, todas as informações e esclarecimentos relativos à sua

prestação e ao cumprimento das suas obrigações, em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos, incluindo as informações referentes ao cumprimento das obrigações laborais e contributivas, quando tal lhe for solicitado.

- v. Obrigação de prestar o apoio técnico necessário ao longo da realização da prestação dos serviços, nomeadamente no que respeita à clarificação de todos os critérios e metodologias a aplicar na execução das tarefas nelas incluídas.
 - c. Obrigação de apresentar um relatório mensal de serviço.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados ao bom resultado dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 4.ª

(Outras obrigações)

- 1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário pode ficar obrigado a manter, com uma periodicidade a acordar com a Entidade Adjudicante, reuniões para a prestação de informações referentes ao desenvolvimento e execução do serviço.
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá, sempre que considerar oportuno e absolutamente necessário, para o acompanhamento da execução do contrato, convocar a entidade adjudicatária para a realização de uma reunião com os representantes da Entidade Adjudicante.
- 3. As reuniões referidas no número anterior devem ser objeto de convocação escrita, podendo a convocatória ser enviada via e-mail, e das mesmas será lavrada ata com a assinatura de todos os intervenientes.

Cláusula 5.ª

(Vigência)

- 1. O contrato é celebrado por um período de 24 (vinte e quatro) meses, prevendo-se o seu início pelas 00h00 de 01-01-2024 e fim pelas 24h00 de 31-12-2025, não podendo em qualquer circunstância ultrapassar a data

de 31-12-2025, nos termos das Especificações Técnicas do anexo A, apenas ao presente caderno de encargos.

2. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação de serviço em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 6.ª

(Preço base)

O preço base, considerado como o preço máximo que a entidade se dispõe a pagar, para a prestação dos serviços objeto do presente procedimento, é de €158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos euros), a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 7.ª

(Preço contratual)

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, incluindo o cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante pagará ao Adjudicatário o preço contratual constante da proposta adjudicada, cujo valor não pode ser superior ao preço base, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor.
2. O valor da prestação dos serviços não pode ultrapassar o preço contratual.
3. Consideram-se, também, incluídos no preço a pagar pela Entidade Adjudicante, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, compreendendo, nomeadamente, os relativos a alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, seguros, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros encargos legalmente devidos.

Cláusula 8.ª

(Condições de pagamento)

1. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente em 24 (vinte e quatro) prestações, através da emissão de fatura eletrónica, pelo adjudicatário, na primeira semana do mês seguinte ao da sua prestação, exceto a última prestação mensal, referente ao mês de dezembro, cuja fatura deverá ser emitida, transmitida e recebida até ao dia 15 do respetivo mês.
2. A Entidade Adjudicante efetuará o pagamento da fatura, após validação, no prazo de 30 dias, contados a partir da data de entrada da fatura nos seus serviços, não devendo este exceder, em qualquer caso, 60 dias.
4. O pagamento de qualquer fatura está dependente do cumprimento, por parte do adjudicatário, da demonstração da regularidade da sua situação tributária e contributiva, bem como do cumprimento do regime de faturação eletrónica, de acordo com as exigências e obrigações legais vigentes, no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, por efeito da transposição da Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos e deverá ser compatível com o sistema de faturação implementado pela entidade adjudicante (solução de faturação da YET), devendo constar, obrigatoriamente e sob pena de não aceitação, a menção do número de compromisso a que respeita a obrigação, bem como dos elementos previstos no n.º 1 do referido artigo, que abaixo se reproduzem, sempre que seja aplicável:
 - a) *Identificadores do processo e da fatura;*
 - b) *Período de faturação;*
 - c) *Informações sobre o cocontratante; Informações sobre o contraente público;*
 - d) *Informações sobre a entidade beneficiária, se distinta da anterior;*
 - e) *Informações sobre o representante fiscal do cocontratante;*
 - f) *Referência do contrato;*
 - g) *Condições de entrega;*
 - h) *Instruções de pagamento;*
 - i) *Informações sobre ajustamentos e encargos;*
 - j) *Informações sobre as rubricas da fatura;*
 - k) *Totais da fatura.*
5. Na eventualidade de não cumprimento do prazo referido no número 2., decorrem as consequências previstas na Lei, nomeadamente no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
6. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o

Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão da respetiva nota de crédito e de nova fatura, corrigida.

7. Desde que devidamente emitida e validada pela Entidade Adjudicante, a fatura será paga, preferencialmente, através de transferência bancária, para o IBAN indicado pela entidade adjudicatária

Cláusula 9.ª

(Gestor do contrato)

No clausulado do contrato será identificado o trabalhador, que irá exercer, em nome da entidade adjudicante, as funções relacionadas com o acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do artigo 290º-A do CCP.

Cláusula 10.ª

(Dever de sigilo)

1. O Adjudicatário, por si e através dos seus agentes, obriga-se a garantir rigoroso sigilo quanto a informações e documentação que os seus profissionais venham a ter acesso, por força da presente aquisição, relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante, inclusive após a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo acima previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou a que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

(Prazo do dever de sigilo)

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.ª

(Dados Pessoais)

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, de 27 de abril de 2016, da Lei 58/2019, de 08 de agosto de 2019 e demais legislação comunitária e nacional que lhe seja aplicável relativamente a dados pessoais.
2. Todos os dados pessoais que vierem a figurar no contrato a celebrar serão tratados com a finalidade de formação e execução da relação contratual, ou para outras finalidades que decorram de obrigações legais a que o contraente público esteja adstrito.
3. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a CPJ venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte daquele ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 13.ª

(Caução)

Nos termos do disposto no n.º 2 alínea a) do artigo 88º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

Cláusula 14.ª

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações e obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias ou acontecimentos imprevisíveis e excecionais, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, nomeadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.

4. A ocorrência de circunstâncias ou acontecimentos que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normal.

6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.ª

(Resolução por parte da Entidade Adjudicante)

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a Entidade Adjudicante pode ainda resolver o contrato, no caso do adjudicatário violar, culposamente e de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, considerando-se, desde já, como incumprimento definitivo por parte do adjudicatário, o não cumprimento por prazo superior a 10 dias ou a declaração proferida pelo adjudicatário de que não irá prestar serviços por esse período.
- 2. O incumprimento, por parte do Adjudicatário, confere, nos termos gerais de direito, à Entidade Adjudicante, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.

3. O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações de serviços já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 16.ª

(Resolução por parte do Adjudicatário)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido mediante declaração escrita enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 17.ª

(Subcontratação e cessão da posição contratual)

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da parte contrária, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
2. Atento o disposto no número anterior, o adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual no contrato, ou qualquer dos direitos ou obrigações que dele decorram, sem autorização, prévia e por escrito, da Entidade Adjudicante.
3. Para efeitos da autorização referida no número anterior, o cessionário deve apresentar toda a documentação exigida ao adjudicatário no âmbito do procedimento que deu origem ao contrato.
4. O cessionário, que deve deter a necessária capacidade técnico-financeira para assegurar o bom, exato e pontual cumprimento do contrato, deve comprovar, designadamente, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 18.ª

(Alteração ao contrato)

1. Qualquer alteração ao contrato será objeto de acordo prévio das partes e apenas será válida após a aprovação expressa do órgão competente para a decisão de contratar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, qualquer alteração ao contrato deve ser objeto de adenda escrita, com produção de efeitos a partir da data que se fixar, mas nunca em momento anterior à data da sua assinatura.
3. A alteração ao contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo contrato nem configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência garantida na fase de formação do mesmo.

Cláusula 19.ª

(Penalidades contratuais)

1. Pelo atraso no cumprimento de obrigações emergentes do contrato, por motivos imputáveis ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento do prazo da prestação de serviços objeto do contrato, até 0,5% do valor deste por cada dia de atraso, até ao limite máximo 30% do valor contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos, em caso de resolução do contrato, com fundamento no incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária, no valor de 20% do preço contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija indemnização pelo incumprimento, nos termos gerais de Direito.

Cláusula 20.ª

(Retenção)

1. A entidade adjudicante poderá, se considerar conveniente e necessário para garantir a responsabilidade pelo cumprimento pontual e integral das obrigações laborais e contributivas, em matéria fiscal e de segurança social dos trabalhadores afetos à execução do serviço contratado, proceder à retenção de, e, até 10% do valor dos pagamentos a realizar à entidade adjudicatária, nos termos do n.º 4 do artigo 60.º-B da Lei n.º 34/2013, de 16 de Maio, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 46/2019, de 08/07.
2. São suscetíveis de integrar causa de retenção, para efeitos do disposto no número anterior, as seguintes situações:
 - a) Sempre e quando se verificar a falta de pagamento pontual da retribuição devida aos trabalhadores, afetos ao serviço contratado, por período igual ou superior a 15 dias sobre a data do vencimento;
 - b) A suspensão ou a cessação do contrato de trabalho por qualquer um dos trabalhadores acima referidos, com fundamento na falta de pagamento pontual das retribuições;
 - c) A falta de pagamento das contribuições devidas, em matéria fiscal e de segurança social, relativamente aos trabalhadores que executem o serviço convencionado.
3. Sempre que advier ao conhecimento da entidade adjudicante, a ocorrência de qualquer das situações acima mencionadas, deverá a entidade adjudicatária ser notificada, para, querendo, se pronunciar no prazo de 10 dias úteis.

Cláusula 21.ª

(Comunicações e notificações)

1. Salvo situações devidamente identificadas no contrato e sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a matéria relativa às notificações e comunicações é regulada nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Cláusula 22.ª

(Contagem dos prazos)

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos obedece ao disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 23.ª

(Direito e legislação aplicáveis)

1. O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela lei portuguesa.
2. Ao presente procedimento e em tudo o omissa e ou que não esteja especialmente previsto neste caderno de encargos, incluindo os seus anexos, aplicar-se-á o disposto no CCP, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/1, na sua versão atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

Cláusula 24.ª

(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Cláusula 25.ª

(Partes integrantes)

1. Faz parte integrante deste caderno de encargos o seu anexo A – especificações técnicas.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, o caderno de encargos e seus anexos, o programa, a proposta adjudicada, bem como a correspondência trocada entre as partes e demais documentos contratuais.

ANEXO A

Especificações técnicas

SERVIÇOS A PRESTAR:

- Prestar serviços de segurança, vigilância e prevenção nas instalações do NFA, de segunda a sexta-feira, das 17h00 às 9h00 (16 horas) e aos sábados, domingos e feriados (incluindo o feriado municipal de quinta-feira de espiga) das 9h00 às 9h00 do dia seguinte (24 horas);
- Controlar o acesso de todas as pessoas às instalações, bem como todas as entradas e saídas de materiais e/ou bens e de viaturas;
- Intervir nas situações que extravasem a normalidade, nomeadamente em situações de defesa da integridade física dos utentes das instalações ou situações de incêndio;
- Supervisionar o acesso aos diferentes locais da instalação, impedindo a entrada e permanência de pessoas sem direito de admissão;
- Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, nomeadamente no combate a furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção de meios de apoio (PSP, bombeiros ou outros);
- Realizar, periodicamente, a ronda à área envolvente da instalação, dando especial atenção aos pontos críticos a identificar junto da entidade adjudicante ou responsável designado para o efeito;
- Realizar, de 2 em 2 horas, a ronda ao interior das instalações com picagem;
- Pontos de ronda onde devem ser realizadas as picagens:
 - Portaria
 - Edifício B
 - Edifício D
 - Torre Norte
 - Portão tratores
 - Portão para entrada dos formandos
 - Edifício H
 - Edifício Serralharia
 - Torre Sul - Estufa
- Responsabilizar-se e manter salvaguardadas as chaves que lhe forem confiadas;
- Informar, por escrito, o Gestor do Contrato de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- Elaboração de relatórios mensais de serviço.

EQUIPAMENTOS/MEIOS AUXILIARES NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

- Fornecer e/ou instalar os equipamentos necessários para o cumprimento e perfeita execução das tarefas, nomeadamente:
 - Instalar pontos de ronda, nas localizações acima mencionadas;
 - Disponibilização de telemóvel, lanterna e leitor ótico de rondas aos trabalhadores afetos ao serviço.

A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos necessários à adequada prestação do serviço, sistema de picagem (rondas), bem como ao estabelecimento do sistema de organização apropriado à sua perfeita e completa execução.

FARDAMENTO E IDENTIFICAÇÃO:

- Os efetivos afetos à prestação de serviços de vigilância devem utilizar, durante todo o tempo em que estiverem ao serviço da Entidade Adjudicante, o uniforme e o cartão profissional de identificação apostos visivelmente, nos modelos previstos na legislação aplicável.
- Deve ser fornecido um uniforme, de cor preta, completo, robusto e adequado às condições térmicas, bem como os acessórios necessários e adequados à boa execução das tarefas.

REQUISITOS GERAIS DE ADMISSÃO:

Sem prejuízo dos requisitos específicos de admissão definidos na Lei 34/2013, de 16 de maio, só poderão ser afetos à execução da prestação dos serviços de vigilância das instalações da entidade Adjudicante os trabalhadores do Adjudicatário que possuam:

- Experiência mínima de 3 anos em serviços de segurança privada;
- Capacidade comprovada de manuseamento de extintores de incêndio e de outros meios de primeira intervenção em caso de incêndio;
- Formação básica em Primeiros Socorros;
- Registo Criminal sem ocorrências.

Os efetivos afetos à prestação adjudicada deverão ainda possuir as seguintes características:

- Pontualidade;
- Assiduidade;

- Boa apresentação;
- Honestidade;
- Sentido de responsabilidade;
- Amabilidade e firmeza;
- Formação e competências adequadas ao preenchimento completo e rigoroso de todos os relatórios a elaborar e todos os formulários a preencher no decurso da Prestação de Serviços.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

- Sem prejuízo do agendamento de reuniões extraordinárias, no decurso da execução do contrato, o Adjudicatário pode ficar obrigado a manter, com periodicidade a acordar, reuniões com a entidade adjudicante, das quais será lavrada ata a assinar por todos os intervenientes.
- As reuniões referidas no número anterior devem ser objeto de convocação escrita.

ALVARÁ:

- Deverá ser apresentado o alvará comprovativo da aptidão do concorrente para a prestação dos serviços de segurança e vigilância privada nos termos do presente caderno de encargos.

DO PESSOAL

Atualmente os serviços de vigilância e segurança estão a ser executados, através de três trabalhadores, cujo posto de trabalho é no NFA, pelo que, nos termos do Código do Trabalho e da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, os contratos destes trabalhadores transitam automaticamente para a empresa que suceder e a quem for adjudicada a prestação de serviços em apreço.